

Ata N.º	23/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ATA N.º 23/2014 DE 07 DE NOVEMBRO**

----- Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima terceira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.^o João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro, conforme comunicação escrita registada na Câmara Municipal em 06 de novembro de 2014, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico, Sr. Vitor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Período “Antes da Ordem do Dia”-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia, foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- a) Sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação que a sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal irá ter lugar no próximo dia 9 de dezembro. -----

----- b) Corte de árvores no Largo da Feira em Vila Nova de Paiva – Artigo publicado no Jornal do Centro. -----

----- O Sr. Presidente referiu-se ao artigo publicado recentemente no Jornal do Centro, de Viseu, acerca do corte de árvores que teve lugar no Largo da Feira na vila de Vila Nova de Paiva, no qual, de forma grosseira e pouco informada forma tecidas considerações que colocavam em causa a seriedade, boa-fé e profissionalismo da Administração Municipal e dos seu Presidente. Não sabiam nem procuraram saber o

que se passou para haver lugar ao corte de árvores, quando tal iniciativa se prendeu com a necessidade de proceder à remoção de uma árvore (carvalha) que simplesmente estava podre. -----

----- A propósito do assunto, o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira usou da palavra, tendo referido que as carvalhas existentes no Largo da Feira são muito antigas e dizem muito às gentes da vila, que até há algumas décadas atrás estavam concessionadas a pessoas que providenciavam a apanha da bolota para alimentação do gado. Na sua opinião deveria ter havido uma avaliação técnica adequada por forma a determinar da necessidade ou não do corte ou remoção, que tanto quanto sabe não foi feito. -----

----- O Sr. Vereador João Paulo usou entretanto da palavra para referir que supervisionou o abate a solicitação do Sr. Presidente, tendo afirmado que o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira se terá deixado enredar nesta questão pela forma como ela foi formulada e apresentada no Jornal do Centro. É que a dita carvalha, há alguns anos atrás, foi atingida por um raio, circunstância que, como é sabido, leva à destruição, à morte das árvores. A referida carvalha estava em avançado estado de degradação, colocando em perigo a segurança de pessoas e bens pelo que tinham que ser tomadas medidas para o efeito, tendo-se decidido pela sua remoção.

----- O Sr. Presidente informou também que as árvores foram vendidas e pagas, tendo até sido salvaguardados os eventuais interesses de pessoas que anteriormente detinham a concessão da apanha da bolota, mediante disponibilização de alguma lenha. -----

----- **c) Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva – Necessidade de intervenção.** -

----- O Sr. Vereador Cristóvão referiu o facto de na Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva haver necessidade de acautelar melhor os estacionamento, a chegada e partida de autocarros, até pelo aumento verificado de frequência de alunos oriundos de localidades fora do Município. Também importaria efetuar obras de beneficiação dada a humidade que se verifica nas instalações. -----

----- O Sr. Presidente informou que as reparações que são solicitadas são feitas. A seu tempo o edifício irá ser adequadamente beneficiado. -----

----- **d) Requalificação do Posto de Vila Nova de Paiva da Guarda Nacional Republicana (GNR).** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira trouxe de novo à discussão a necessidade de requalificação do Posto da GNR, afirmando ter tido conhecimento de que terão já havido alguns desenvolvimentos sobre o assunto da parte do Ministério da Administração Interna, nomeadamente para ser efetuada uma visita de avaliação, pelo que pretendia saber qual o ponto de situação do processo. -----

Ata N.º	23/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- O Sr. Presidente tomou a palavra começando por referir que o Sr. Vereador parece estar bem informado sobre o assunto, e que de facto foi suscitada uma reunião de trabalho para avaliação da situação. A questão do Posto da GNR preocupa-o naturalmente, e espera que rapidamente sejam tomadas as necessárias medidas por parte do Ministério para desbloqueamento do processo de candidatura a cofinanciamento. Entretanto a Câmara Municipal fará as reparações que forem solicitadas. -----

----- **e) Edifício em construção (bloco de apartamentos) sito na Rua Egas Moniz na vila de Vila Nova de Paiva em estado de abandono.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira pediu a atenção do Sr. Presidente para a situação do edifício em epígrafe, que se encontra há vários anos em estado de abandono, no qual se encontra uma grua, à qual já foram furtadas várias peças, e que não oferece quaisquer garantias de segurança. A Câmara Municipal, no uso das suas competências, deveria tomar uma atitude sobre a matéria, junto do respetivo proprietário, que não sabe quem seja. -----

----- O Sr. Presidente informou que a possibilidade de intervenção municipal no que diz respeito ao edifício é melindrosa do ponto de vista jurídico, já que haverá questões que estarão a ser dirimidas em tribunal. O proprietário do terreno e imóvel em construção sabe-se que é uma entidade bancária (Montepio Geral). É também para estes casos que pretende propor em 2015 o agravamento do IMI. Quanto à segurança da grua irá suscitar aos serviços técnicos que avaliem a situação para serem tomadas as medidas de segurança consideradas necessárias. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia vinte e nove de outubro do ano em curso**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **a) Empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva/Alhais”**
– Adjudicatário: MONTALVIA - Construções, S.A. – Apreciação e aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS) – Informação n.º 195-AB/14, de 31 de outubro de 2014, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo – Proposta de ratificação do Despacho de aprovação do PSS, de 31 de outubro de 2014, do Sr. Presidente. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente de 31 de outubro de 2014. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 12.^a Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento do exercício de 2014** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 23 de outubro, de aprovação da alteração no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local** – Pedido de adesão ao Programa das assistentes operacionais Hermínia Marques Rodrigues e Aida da Fonseca Ferreira. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Presidente da Câmara, datada de 04 de novembro de 2014, do seguinte teor integral: -----

"Considerando que:

a) O n.º 5 do art.º 296.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em vigor desde 1 de agosto de 2014, prevê a possibilidade de serem regulamentados programas setoriais de redução de efetivos, por recurso à celebração de acordo de cessação de contrato, mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e do membro do Governo que exerça poderes de tutela.

b) Através da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, entrada em vigor em 15 de outubro de 2014, foi regulamentado o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração local, designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local (doravante Programa).

c) Os trabalhadores interessados que satisfaçam as condições de admissibilidade ao Programa devem apresentar o respetivo requerimento de adesão no período compreendido entre 15 de outubro de 2014 e 30 de junho de 2015.

d) Podem aderir ao Programa todos os trabalhadores da Administração Local que, em 14 de outubro de 2014, não se encontrassem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou de reforma antecipada ou não se encontrassem numa situação de licença sem remuneração por período igual ou superior a 12 meses, e que reúnam no momento de adesão ao Programa, cumulativamente, as seguintes condições: (i) tenham idade igual ou inferior a 59 anos, (ii) sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e (iii) se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável.

Ata N.º	23/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

e) Pela rescisão do contrato de trabalho é atribuído aos trabalhadores uma compensação que é aferida pelas condições de remuneração e suplementos remuneratórios reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação, sendo para o efeito considerada como idade relevante a detida pelo trabalhador à data de entrada do requerimento de adesão, e como tempo de trabalho relevante cada ano completo de antiguidade, independentemente da respetiva modalidade de relação jurídica de emprego público (com exclusão tempo de serviço que já tenha sido objeto de indemnização por cessação do contrato de trabalho), sendo calculado proporcionalmente em caso de fração de ano.

f) A compensação está isenta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, dado não haver direito a prestações por desemprego, pelo facto da celebração do acordo de cessação do vínculo de emprego público por mútuo acordo previsto no artigo 295.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não configurar uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

g) Há lugar ao pagamento de IRS sobre o valor da diferença entre a compensação calculada nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014 e a compensação que o trabalhador receberia caso a regra a aplicar fosse de um salário (remuneração base mais suplementos remuneratórios regulares, se existissem) por cada ano de antiguidade, como resulta da aplicação conjugada da alínea e), do n.º 3, e n.ºs 4 a 7, do artigo 2.º do Código do IRS. A compensação será taxada na totalidade nos casos em que o trabalhador tenha beneficiado de exclusão da tributação por IRS nos últimos 5 anos, ou venha a estabelecer novo vínculo laboral com o Município nos 24 meses seguintes à rescisão do contrato.

h) Não há lugar a desconto para a ADSE sobre o valor da compensação, podendo o trabalhador beneficiário da ADSE optar ou não por manter a qualidade de beneficiária, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22 de novembro, estando dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções.

i) No mês da cessação do contrato, para além da respetiva remuneração mensal e da compensação a pagar no âmbito do programa de rescisões, são ainda

devidos aos trabalhadores os créditos resultantes da cessação do contrato de trabalho previstos no art.º 245.º do Código do Trabalho, por força da remissão operada pela alínea h) do art.º 4.º e n.º 1 do artigo 122.º ambos da LTFP (remuneração por férias não gozadas e respetivo subsídio de férias).

j) Em conformidade com o art.º 11.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, conjugado com o n.º 4 do artigo 296.º da LTFP, a aceitação da rescisão impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.

k) Ora por requerimento registado em 21 de outubro de 2014 as trabalhadoras D. Hermínia Marques Rodrigues e Aida da Fonseca Ferreira aderiram ao Programa.

*l) A trabalhadora **Hermínia Marques Rodrigues**, nascida em 27 de janeiro de 1963, é detentora de vínculo de emprego público com o Município conferido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado em 15 de novembro de 2010, com efeitos desde a mesma data, estando integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional (área de ação educativa), a tempo parcial, correspondendo-lhe um período normal de trabalho de 5 horas diárias e 25 horas semanais, sendo remunerada, nos termos legais, em proporção do respetivo período normal de trabalho semanal, com base no montante pecuniário correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2, da respetiva tabela remuneratória única da categoria de assistente operacional, auferindo atualmente uma remuneração base mensal ilíquida no montante de € 380,06 (trezentos e oitenta euros e seis centimos), não lhe acrescendo quaisquer suplementos remuneratórios nem lhe sendo aplicáveis quaisquer reduções remuneratórias.*

*m) A trabalhadora **Aida Fonseca Ferreira**, nascida em 15 de agosto de 1962, é detentora de vínculo de emprego público com o Município conferido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado em 1 de outubro de 2011, com efeitos desde a mesma data, estando integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional (área de ação educativa), a tempo parcial, correspondendo-lhe um período normal de trabalho de 5 horas diárias e 25 horas semanais, sendo remunerada, nos termos legais, em*

Ata N.º	23/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

proporção do respetivo período normal de trabalho semanal, com base no montante pecuniário correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da respetiva tabela remuneratória única da categoria de assistente operacional, auferindo atualmente uma remuneração base mensal ilíquida no montante de € 360,71 (trezentos e sessenta euros e setenta e um cêntimos), não lhe acrescendo quaisquer suplementos remuneratórios nem lhe sendo aplicáveis quaisquer reduções remuneratórias.

n) Ambas as trabalhadoras ocupam postos de trabalho no Mapa de Pessoal em vigor afetos à Unidade Social e Cultural (USC), encontrando-se ambas a prestar funções na povoação e freguesia de Queiriga, onde residem, a primeira no Jardim de Infância de Queiriga e, a segunda, na Escola do 1.º CEB, ambas exercendo tarefas no âmbito nomeadamente do serviço de refeições e prolongamento de horário e limpeza de instalações, que deixaram de exercer derivado ao encerramento, no corrente ano letivo, do estabelecimento do Jardim de Infância e do 1.º CEB promovidos pelo Ministério da Educação por insuficiência de crianças e alunos.

o) Atendendo a que com o encerramento daquele estabelecimento não há condições para reafectar aquelas trabalhadoras em outros serviços ou tarefas, julga-se ser de autorizar a cessação do contrato de trabalho de ambas as trabalhadoras com efeitos a partir de 15 de novembro de 2014, com a consequente extinção dos respetivos postos de trabalho no Mapa de Pessoal em vigor.

p) Conforme processos individuais e de acordo com o informado pelos serviços municipais competentes:

- A taxa de bonificação a considerar, em ambos os casos, é de 1,25, face às respetivas idades relevantes aferidas à data de registo do requerimento de adesão (51 anos no caso da trabalhadora Hermínia Marques Rodrigues e 52 anos no caso da trabalhadora Aida da Fonseca Ferreira);*

- O tempo de trabalho relevante da trabalhadora Hermínia Marques Rodrigues, corresponde ao período de 15 de setembro de 2005 a 14 de novembro de 2010, em que exerceu funções neste Município em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, e de 15 de novembro de 2010 até a 31 de outubro de 2014, período de desempenho de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o que totaliza 9 anos e 49 dias de antiguidade;*

- O tempo de trabalho relevante da trabalhadora Aida da Fonseca Ferreira, corresponde ao período de 10 de setembro de 2008 a 30 de setembro de 2011, em que exerceu funções neste Município em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, e de 1 de outubro de 2011 até a 31 de outubro de 2014, período de*

desempenho de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o que totaliza 6 anos e 53 dias de antiguidade.

q) A compensação a atribuir às trabalhadoras, aferida pelas condições remuneratórias que reuniam a 31 de outubro de 2014, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, é nos montantes indicados no quadro seguinte, determinada nos seguintes termos:

Compensação = 1,25 x remuneração base x tempo de trabalho relevante

Nome da trabalhadora	Idade relevante	Tempo de trabalho relevante		Taxa de bonificação	Remuneração base a considerar	Compensação a atribuir
		Anos	Dias			
Hermínia Marques Rodrigues	51	9	49	1,25	€380,06	€4.339,34
Aida da Fonseca Ferreira	52	6	53	1,25	€360,71	€2.770,70

Obs.: 49 dias:365 dias = 0,134, que acresce aos 9 anos;

53 dias:365 dias = 0,145, que acresce aos 6 anos.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte, ao abrigo da alínea a) do art.º 7.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro:

1.º) Autorizar a celebração com a trabalhadora Hermínia Marques Rodrigues, com a categoria de assistente operacional (área de ação educativa), de acordo de cessação do contrato de trabalho de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado outorgado em 15 de novembro de 2010, com efeitos desde a mesma data, com a consequente extinção do respetivo posto de trabalho afeto à Unidade Social e Cultural (USC), com atribuição de uma compensação no valor de € 4.339,34 (quatro mil, trezentos e trinta e nove euros e trinta e quatro cêntimos), aferida pelas condições remuneratórias que reunia a 31 de outubro de 2014, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro.

2.º) Autorizar a celebração com a trabalhadora Aida da Fonseca Ferreira, com a categoria de assistente operacional (área de ação educativa), de acordo de cessação do contrato de trabalho de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado outorgado em 1 de outubro de 2011, com efeitos desde a mesma data, com a consequente extinção do respetivo posto de trabalho afeto à Unidade Social e Cultural (USC), com atribuição de uma compensação no valor de € 2.770,70 (dois mil, setecentos e setenta euros e setenta cêntimos), aferida pelas condições remuneratórias

Ata N.º	23/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

que reunia a 31 de outubro de 2014, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro.

3.º) Aprovar a minuta do acordo de extinção de vínculo de emprego público anexo a celebrar com as trabalhadoras."

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta que antecede do Sr. Presidente, e autorizar a cessação dos contratos de trabalho das referidas trabalhadoras com efeitos a partir de 15 de novembro de 2014, com o pagamento das compensações indicadas na proposta, e aprovar a minuta do acordo de extinção de vínculo de emprego público, devendo ser notificadas as trabalhadoras nos termos legais. -----

----- c) Cessação do Contrato de Financiamento Reembolsável para financiamento complementar da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” celebrado no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI). -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Presidente da Câmara, datada de 04 de novembro de 2014, do seguinte teor integral: -----

"Considerando que:

a) Em 30 de dezembro de 2011, entre o Estado, representado pelo IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. e o Município de Vila Nova de Paiva, foi celebrado um Contrato de Financiamento Reembolsável até ao montante de € 137.446,25 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), para financiamento complementar da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” (operação identificada com o n.º 3.796 e código universal de operação CENTRO-04-QA31-FEDER-019070), no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ), designado de QREN-EQ, contratado em 19 de Novembro de 2010 entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimentos (BEI), para financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e Fundo de Coesão, sendo também beneficiários os municípios conforme Despacho n.º 6.572/2011 dos Ministérios das Finanças e da Economia publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 80, de 26 de abril de 2011, que fixou as condições de acesso e de utilização daqueles financiamentos.

b) O empréstimo foi autorizado pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 20 de junho de 2011, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 16 de junho de 2011.

c) O contrato de empréstimo foi submetido a visto do Tribunal de Contas, nos termos legais, em 26 de janeiro de 2012, sendo registado naquele Tribunal com o n.º 127/2012.

d) Na sequência de pedido de esclarecimentos pelo Tribunal de Contas através do ofício n.º DECOP/UAT 2/959/2012, de 13 de fevereiro de 2012, e dado o facto de o Município não ter margem de endividamento líquido, muito embora tivesse margem suficiente de endividamento de médio e longo prazos, foi entendimento, para efeitos de obtenção do visto do Tribunal de Contas, apresentar à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em 16 de março de 2012, um pedido de parecer favorável para financiamento do referido projeto municipal com recurso ao crédito excecionado, ou seja, para que ao abrigo do n.º 6 do art.º 39.º da então Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, ser submetida à consideração de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças a autorização de isenção do referido contrato de empréstimo dos limites de endividamento municipal.

e) Entretanto o projeto municipal em causa, objeto do cofinanciamento do PO Centro com uma taxa de comparticipação de 80%, viu alterada aquela taxa para 85%, pelo que, nessa conformidade, o IFDR, I.P., por ofício n.º 713 de 21 de fevereiro de 2013, comunicou a alteração das necessidades de financiamento refletidas no contrato de empréstimo, passando o empréstimo para o montante até € 68.774,14 (sessenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro euros e catorze cêntimos), sendo celebrada em 18 de março de 2013 uma Adenda ao Contrato de Financiamento Reembolsável, de que foi dado oportuno conhecimento à Direção Geral das Autarquias Locais para efeitos de alteração do pedido de excecionamento e ao Tribunal de Contas.

f) Foram entretanto solicitadas e aceites pelo Tribunal de Contas, várias e sucessivas prorrogações ao prazo de resposta do seu ofício n.º DECOP/UAT 2/959/2012, de 13 de fevereiro de 2012.

g) Somente em 17 de janeiro de 2014 é que a Direção Geral das Autarquias Locais deu resposta ao referido pedido de excecionamento, informando do seu indeferimento por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, o que inviabiliza a obtenção do visto no referido contrato de empréstimo.

h) Não foi entretanto diligenciado, por lapso, que fosse formalmente feito cessar o contrato de empréstimo e o respetivo processo de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para todos os efeitos legais, delibere considerar sem efeito o

Ata N.º 23/2014	
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta que antecede do Sr. Presidente, considerando sem efeito o referido contrato de empréstimo. -----

----- Finda a análise da ordem do dia, foi aberto o período de intervenção do público, e de seguida encerrado em virtude de não haver público presente. -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]